A influência de governos de extrema-direita sob a atuação internacional de entes subnacionais

Área Temática: Análise de Política Externa
Larissa Aguiar Albuquerque
Programa de Pós-graduação em Ciência Política e Relações Internacionais
Universidade Federal da Paraíba
Agência de Fomento da Pesquisa: Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba

RESUMO:
O fenômeno da ascensão de lideranças populistas de direita e extrema-direita tem impactado profundamente o cenário global, gerando mudanças nas dinâmicas sociais, econômicas e políticas, especialmente na condução de políticas externas. Caracterizados por uma retórica nacionalista e autoritária, esses governos desafiam o status quo e promovem políticas que polarizam internamente e alteram parcerias e posicionamentos internacionais. Este estudo busca compreender a relação entre paradiplomacia e governos de extrema-direita, analisando como contextos políticos com lideranças populistas influenciam a atuação internacional dos entes subnacionais, particularmente em situações de confronto entre as esferas nacional e subnacional, como observado nos governos de Jair Bolsonaro e Donald Trump. A hipótese proposta é que esses líderes extremistas, ao marginalizarem as burocracias e desafiarem políticas tradicionais, acabam incentivando uma maior autonomia e atuação paradiplomática dos entes subnacionais. A pesquisa utiliza uma revisão de literatura com foco em estudos teóricos e casos empíricos, com o objetivo de explorar essa relação e identificar padrões na diplomacia subnacional em governos de extrema-direita.
Palavras-chave: Paradiplomacia; Extrema-direita; Política Externa.

1. Introdução:

A ascensão de líderes populistas de direita e de extrema-direita se tornou um fenômeno que vem marcando o cenário internacional nos últimos anos. Caracterizada por uma retórica populista, nacionalista e muitas vezes xenófoba, essa tendência tem impactado profundamente as dinâmicas sociais, econômicas e geopolíticas em diversos países ao redor do mundo. De acordo com Löwy (2020), aspectos como: conservadorismo, anticomunismo, antimultilateralismo, nacionalismo xenofóbico, fundamentalismo religioso, o ódio à esquerda, ao feminismo, a comunidade LGBTQIAP+, autoritarismo político e nacionalismo integral, caracterizaram os governos de líderes com esse espectro ideológico.

Segundo Norris e Inglehart (2018), tais lideranças, conservadoras, nacionalistas, anti-imigração e anti *status quo*, empregam uma retórica populista para justificar seus métodos de governo, promovendo valores autoritários que representam uma ameaça às instituições democráticas de seus países. Os autores argumentam, ainda, que a combinação da retórica populista com valores autoritários, característica dessas figuras, leva à uma política de exclusão, manifestada na polarização entre o “nós” e “eles”, o que legitimou uma série de discursos de ódio contra minorias nacionais e internacionais.

O uso desta imagem estereotipada – conceito utilizado por Wehner (2022), do “nós contra eles” – afetou a condução de uma série de políticas públicas nesses países, e a política externa não ficou de fora dessa realidade. O papel das ideias nesses casos são excepcionalmente importantes, porque elas possuem efeitos que influenciam e são normativas, ajudam o indivíduo a avaliar e categorizar a si mesmo e o outro, determinando o seu posicionamento acerca do outro e de suas ações (Wehner, 2022). Nesse sentido, o autor alerta que, após a identificação da imagem de si próprio, as imagens criadas “do outro” por esses líderes são instrumentalizadas e servem como guia para avaliar e conduzir as intenções (próprias e de outros países) de política externa.

De acordo com Elgström (2000), em situações institucionais normais, as imagens podem ter efeitos estabilizadores, especialmente em burocracias encarregadas de conduzir a política externa. No entanto, Wehner (2022) vai argumentar que na medida em que esses líderes populistas marginalizam a burocracia tradicional e a institucionalidade estatal da política externa, predominam-se as suas próprias imagens, o que pode ter efeitos desestabilizadores sobre certos aspectos dos papeis da política externa do Estado.

Tal formato de atuação característica de líderes populistas, nesse caso, de extrema-direita, causou consequências para políticas externas consideradas tradicionais, como por exemplo a do Brasil e dos Estados Unidos sob os mandatos de Jair Bolsonaro e Donald Trump, respectivamente. Muitos temas específicos, que anteriormente possuíam uma certa continuidade na agenda internacional desses Estados, como meio ambiente, saúde e imigração, foram conduzidos de forma diferente. Esse tipo de abordagem trouxe repercussão tanto para o cenário internacional como também nacional. No âmbito externo, houve mudanças significativas relacionadas a posicionamentos em instituições internacionais e reconfiguração de parcerias, e no nacional transcorreu instabilidade e confrontos entre os níveis de governo (nacional e subnacionais).

Tais empasses entre níveis foram marcantes dentro de governos populistas de extrema-direita como os de Trump e Bolsonaro. Observamos que uma consequência disso foi uma maior atuação internacional de entes subnacionais. Isso, a fim de realizar negócios, parcerias, apoio, conseguir recursos, insumos e equipamentos de proteção – no caso da Pandemia de Covid-19 – por meio de acordos com outros países, entrando em embate direto com os discursos e as políticas públicas realizadas nacionalmente.

Nesse ínterim, este estudo, por meio de uma revisão da literatura, busca compreender se há alguma relação entre paradiplomacia e governos de extrema-direita. Assim, o objetivo central do artigo é compreender as principais conclusões alcançadas por pesquisadores sobre as dinâmicas da diplomacia subnacional em contextos políticos marcados por lideranças extremistas. Sendo os objetivos secundários: (1) fazer um levantamento bibliográfico teórico-conceitual sobre a ascensão de governos de

extrema-direita; (2) depreender dessa literatura estudos que falem sobre a atuação internacional de entes subnacionais nesses governos; e (3) apresentar casos em que governos de extrema-direita acionaram uma maior atuação internacional dos entes subnacionais.

A hipótese deste trabalho é de que governos de extrema-direita e confrontacionistas – ao status quo internacional e a política externa tradicional do país – levam a uma maior atividade paradiplomática. Isso porque compreendemos que a política adotada por governos extremistas pode resultar em atritos entre os níveis de poder (poder central e subnacionais) e, consequentemente, na autonomia dos governos subnacionais em questões internacionais. O artigo irá utilizar de fontes secundárias: artigos científicos, livros, notícias, teses e dissertações, a fim de examinar estudos acadêmicos para explorar as relações entre entidades subnacionais e a política externa em governos de extrema-direita.

Os resultados esperados deste artigo são diversos: (1) realizar uma revisão de literatura das pesquisas que falam sobre paradiplomacia e governos de extrema-direita; (2) depreender quais são as principais conclusões realizadas pelos pesquisadores desse tema; e (3) encontrar casos que apresentam conformidade com a hipótese a ser testada. Além disso, ele será separado em algumas seções. A primeira busca compreender os principais conceitos dessa pesquisa: Paradiplomacia e Extrema-direita . A segunda será realizada uma exemplificação de casos, Brasil e Estados Unidos, demonstrando como a ideologia política em questão pode afetar a política externa de um país nos mais diversos temas, como saúde, meio ambiente e questão migratória. A terceira e última seção busca fazer uma análise do impacto da extrema-direita entre os níveis de poder.

2. Colocando o pingo nos “is”: Conceitualizando a Paradiplomacia e a Extrema-Direita

2.1. Paradiplomacia:

A atuação internacional de governos subnacionais, conhecida como paradiplomacia, refere-se à inserção desses atores no cenário global. Embora o termo “paradiplomacia” tenha sido consolidado por Ivo Duchacek e Panayotis Soldatos na década de 1980, a prática em si é anterior. Como destacam Junqueira (2018) e Fróio (2015), a paradiplomacia envolve a atividade internacional de entes como estados, províncias e cidades, os quais agem em paralelo à diplomacia oficial, seja para fortalecer, duplicar ou mesmo contestar políticas centrais.

No que diz respeito aos aspectos conceituais, há discussões terminológicas relevantes na literatura. Duchacek introduziu, em 1984, o termo “microdiplomacia” para descrever a atuação internacional de regiões políticas autônomas, sugerindo uma

diferenciação em relação à “macrodiplomacia”, executada pelo governo central. Em 1990, Soldatos cunhou o termo “paradiplomacia”, derivado de “diplomacia paralela”, e o definiu como “a atividade internacional direta de atores subnacionais, apoiando, complementando, corrigindo ou desafiando a diplomacia dos Estados nacionais” (Soldatos, 1990, p. 17). Desde então, o conceito se estabeleceu na literatura, com Duchacek e outros autores adotando o termo para explicar a autonomia de governos subnacionais em questões internacionais.

A análise da paradiplomacia revela ainda que ela é impulsionada por condicionantes externas e internas. Externamente, processos de globalização e integração regional ampliaram as oportunidades de ação para entes subnacionais (Soldatos, 1990). A interdependência global, que se intensificou nos anos 1990, aumentou a demanda por novos atores no cenário internacional, o que contribuiu para a ascensão da paradiplomacia no contexto federativo (Junqueira, 2018). Internamente, fatores como a ineficácia das instituições centrais e as desigualdades entre as regiões federativas são determinantes para a atuação internacional desses entes. Matsumoto (2011) e Fróio (2015) observam que, em contextos onde o governo central falha em atender adequadamente às necessidades locais, os entes subnacionais buscam alternativas por meio da paradiplomacia para atender suas demandas específicas.

No âmbito federativo, os desafios institucionais são particularmente complexos, dada a necessidade de conciliar interesses regionais distintos em uma estrutura descentralizada. Fróio (2015) enfatiza que, em sistemas políticos descentralizados, o governo central enfrenta dificuldades ao lidar com a diversidade de realidades e demandas regionais, o que frequentemente leva as lideranças locais a reivindicar mais autonomia para buscar parcerias e soluções internacionais. Nesse contexto, a paradiplomacia aparece como uma resposta eficaz, permitindo que os entes subnacionais fortaleçam suas próprias capacidades e abordem questões locais de maneira independente.

Vale ressaltar que apesar da paradiplomacia ser comum em países federais, como EUA, Brasil e Canadá, onde a autonomia subnacional é destacada, ela também ocorre em Estados unitários como Espanha e França, que permitem certo grau de ação internacional por parte de suas regiões (Junqueira, 2018, p. 47). Assim, enquanto o federalismo favorece a paradiplomacia ao conferir maior autonomia aos entes subnacionais, a descentralização de poder não é uma condição exclusiva para a prática.

Dessa forma, a paradiplomacia pode ser compreendida como uma resposta adaptativa ao estilo de governo associado a líderes de extrema-direita. Governos como os de Bolsonaro (Brasil) e Trump (Estados Unidos) demonstraram certa resistência ao consenso internacional em diversos temas, o que abriu espaço para uma maior atuação internacional dos entes subnacionais. Esse movimento possibilitou que estados e cidades

buscassem parcerias e articulações próprias, tanto para promover agendas locais quanto para contornar limitações impostas pela postura central.

2.2. Extrema Direita:

A ascensão de líderes populistas de direita e extrema-direita tem sido um fenômeno marcante no cenário internacional. Esses governantes são frequentemente associados a pautas conservadoras, anticomunistas e antimultilateralistas, além de defenderem um nacionalismo xenofóbico, fundamentalismo religioso e uma retórica autoritária voltada contra a esquerda, o feminismo e a comunidade LGBTQIAP+, além de autoritarismo político e nacionalismo integral[1]. Dito isso, analisar a influência dessas lideranças sobre a paradiplomacia nos permite entender como suas agendas impactam a atuação internacional de entidades subnacionais, especialmente em contextos de crise.

Para Guimarães et al. (2023), entender como as políticas externas de governos populistas operam continua a ser um grande desafio, especialmente porque o populismo, historicamente, tem sido considerado um fenômeno de caráter essencialmente doméstico. No entanto, com a ascensão de governos e movimentos de direita radical em países centrais da democracia liberal, como Estados Unidos e Reino Unido, e sua atuação no cenário internacional, observamos um aumento nas análises sobre a política externa desses governos. Nessas análises, é possível perceber que elementos domésticos do populismo influenciam diretamente a formulação da política externa nos respectivos países (Guimarães e Silva, 2021).

Caracterizada por um nacionalismo exacerbado, retórica populista, antimultilateralismo, e posições conservadoras em relação a temas sociais e culturais, a extrema direita busca, frequentemente, minar as instituições democráticas e promover valores autoritários (Norris e Inglehart, 2018). Lideranças dessa ideologia têm gerado impactos significativos nas estruturas políticas e na condução de políticas públicas.

A extrema direita vem sendo um movimento mundial do século XXI que possui implicações na política local, nacional e transnacional. Bem como, caracteriza-se por possuir múltiplas facetas e entendimentos. Esse movimento heterogêneo global possui uma variada terminologia, abrangendo termos como “direita radical”, “populismo de direita” e “ultradireita”, o que reflete as diversas nuances e interpretações conceituais desse fenômeno complexo (Mudde, 2014). Segundo Lowy (2019), embora as especificidades possam diferir conforme o contexto cultural e político de cada local, existem algumas características comuns à maioria desses movimentos.

---

[1] Tais características foram retiradas do argumento de Löwy (2020). Disponível em: https://deposita.ibict.br/bitstream/deposita/148/2/1%20giro%20a%20direita%201%2019.pdf. Acesso em: 04 dez. 2023.

Esses líderes empregam uma estratégia de polarização, criando uma divisão clara entre o “nós” e o “eles” para mobilizar apoio e justificar suas ações políticas. Todavia, esse tipo de retórica não apenas polariza a sociedade, mas também legitima discursos de ódio contra minorias, enfraquecendo o tecido social e promovendo a intolerância (Wodak, 2015). Além disso, suas políticas frequentemente desvalorizam a cooperação internacional e os esforços multilaterais, favorecendo uma abordagem mais isolacionista e protecionista (Rydgren, 2018). Desse modo, o antimultilateralismo é bastante característico desses líderes.

Além disso, Guimarães e Silva (2021) destacam que lideranças populistas de extrema-direita frequentemente carregam um forte componente autoritário, ao promoverem valores como a segurança (como reação à ameaça percebida pela presença de imigrantes), o respeito às tradições nacionais (em oposição aos valores familiares considerados não tradicionais por certos setores da sociedade) e a lealdade ao líder, que é visto como o protetor dos costumes e das tradições nacionais. Portanto, há uma ênfase no nacionalismo e no nativismo, ao mesmo tempo em que se contesta o multiculturalismo, visto como uma ameaça às sociedades (Milani; Motta, 2023).

Diante disso, o peso ideológico das decisões políticas tomadas por governos de extrema direita se reflete claramente na maneira como essas administrações moldam suas políticas internas e externas. Segundo Wehner (2022), a lógica do “nós contra eles” é baseada na criação de uma imagem estereotipada do “outro”, construída após a identificação de uma autoimagem idealizada. Essas imagens são instrumentalizadas por líderes de extrema direita para orientar e justificar suas intenções políticas, tanto domésticas quanto internacionais. Entretanto, evidenciamos que esse enfoque excludente afeta a condução de diversas políticas públicas, pois as decisões são tomadas com base em uma perspectiva de segregação e polarização, não favorecendo, a saber, camadas mais vulneráveis da sociedade.

Para Mudde e Kaltwasser (2018, p. 1677-1678), a força eleitoral do populismo reside na sua habilidade de politizar temas e questões. Os populistas da direita radical, em particular, focam na imigração, associando os problemas econômicos e os impactos da globalização neoliberal a questões de identidade e comunidade, fomentando um ressentimento político e cultural. Problemas econômicos e sociais, então, são frequentemente canalizados para o nativismo, a perda de identidade ou direitos, ou ainda para o declínio do status social. Esse ressentimento, por sua vez, é projetado para o exterior, conectando-o à ordem internacional existente e responsabilizando o liberalismo e a globalização por esses desafios.

Durante a construção dessas narrativas, tanto no âmbito interno quanto externo, a extrema-direita recorre frequentemente a teorias da conspiração, que são usadas como um

meio de disseminar informações falsas ou fundamentadas em superstições e preconceitos (Guimarães et al., 2023, p. 275). Essas teorias conspiratórias são frequentemente apresentadas como uma visão oficial da realidade, com um tom agressivo, muitas vezes voltado contra minorias e adversários políticos, que são considerados inimigos a serem eliminados. Os discursos de ódio se direcionam contra estrangeiros e forças cosmopolitas, manipulando o nacionalismo de maneira a justificar tais atitudes. As conspirações são atribuídas tanto a grupos da elite doméstica (políticos, acadêmicos, grupos sociais) quanto a entidades internacionais (instituições globais, países comunistas).

Portanto, a condução de políticas públicas sob governos de extrema direita tende a ser marcada por uma abordagem não inclusiva, centralizadora e autoritária, onde decisões são tomadas de maneira unilateral e hierarquizada, muitas vezes ignorando a ciência e as evidências empíricas. Essas características e impactos demonstram como a atual ascensão da extrema direita não apenas altera a dinâmica na política interna de países, mas também influencia negativamente as relações internacionais e a cooperação global em questões cruciais.

3. Donald Trump e Jair Bolsonaro: a presença da extrema-direita nos EUA e no Brasil e o impacto na política externa

Trump e Bolsonaro frequentemente são citados como exemplos proeminentes de líderes do populismo de direita no século XXI. Ambos utilizaram uma retórica populista que enfatiza a distinção moral entre o “povo puro” (cidadãos de bem) e a “elite corrupta” (detentores de poder), adotando posturas nacionalistas e anti-imigração. Enquanto mandatários de seus respectivos países, desafiaram as normas políticas convencionais e promoveram uma comunicação direta e polarizadora, constantemente apelando às emoções de seus seguidores e demonizando seus adversários políticos. Suas políticas e discursos refletiram uma abordagem de exclusão e divisão, contribuindo para a polarização social e a legitimação de discursos de ódio, enquanto desvalorizavam a cooperação internacional e favoreciam o isolacionismo (Mudde; Kaltwasser, 2018).

Os governos de Jair Bolsonaro e Donald Trump apresentam semelhanças notáveis, especialmente no alinhamento ideológico de extrema-direita e na promoção de políticas antiglobalistas e nacionalistas. Ambos adotaram uma retórica que rejeitava a globalização, favorecendo o nacionalismo étnico e a soberania nacional, enquanto criticavam instituições internacionais e defendiam a preservação de valores tradicionais. O governo Bolsonaro, em particular, se distanciou das práticas pragmáticas da política externa brasileira, adotando uma agenda ideológica voltada para o conservadorismo religioso e o anti-establishment, alinhando-se com o discurso de Trump, que também se opôs à integração cultural e étnica e

atacou organizações como a OMS e o Acordo de Paris (Guimarães et al., 2023; Kalil, 2023; Motta e Milani, 2023).

Apesar da convergência ideológica, os dois países enfrentaram diferentes desafios em implementar suas políticas externas. Enquanto os EUA possuíam um status de potência global, o Brasil, como potência regional, encontrou limitações em suas ações internacionais, sendo incapaz de concretizar muitas das promessas de Bolsonaro. No entanto, ambos os governos usaram suas políticas externas como veículos para difundir uma ideologia conservadora, afetando a diplomacia e os padrões de votos nas instituições internacionais. Esse cenário resultou em uma mobilização significativa dos estados e cidades, que passaram a adotar posturas próprias em relação à política externa, destacando a importância da paradiplomacia durante esses (Belém Lopes et al., 2022; Guimarães e Silva, 2021; Motta et al., 2023).

3.1. Agenda Ambiental

A agenda ambiental dos governos de Donald Trump e Jair Bolsonaro compartilhou semelhanças notáveis, com ambos promovendo um discurso antiglobalista que desqualificava as preocupações ambientais internacionais. Trump, por exemplo, reverteu políticas ambientais de seu antecessor, Barack Obama, e alinhou-se a grupos econômicos que priorizavam os combustíveis fósseis, deslegitimando a ciência e as regulamentações ambientais (Fiorino, 2022). No Brasil, Bolsonaro seguiu uma linha similar, desafiando as iniciativas globais de combate às mudanças climáticas e propondo uma abordagem nacionalista, inclusive criticando o Acordo de Paris e alegando teorias conspiratórias sobre a Amazônia (Chaves; Toni, 2022).

Ambos os governos adotaram estratégias que priorizavam o crescimento econômico sobre a proteção ambiental, com Trump promovendo cortes no orçamento da Agência de Proteção Ambiental (EPA) e Bolsonaro enfraquecendo as políticas ambientais do país (Light e Hale, 2018; Guimarães et al., 2023). Enquanto Trump retirou os Estados Unidos do Acordo de Paris, Bolsonaro também colocou em risco compromissos ambientais internacionais, como o Fundo Amazônia, e enfrentou críticas por sua postura frente ao aumento do desmatamento e das queimadas (Lacerda, 2022; Barbosa, 2019).

Essa abordagem resultou em tensões com a comunidade internacional, especialmente com países europeus e ambientalistas, que criticaram os dois governos pela falta de ação efetiva. No caso dos EUA, Trump gerou controvérsia ao abandonar vários acordos internacionais, como o Acordo Climático de Paris, enquanto Bolsonaro foi criticado pela Europa por sua gestão ambiental desastrosa e pela falta de compromisso com a preservação da Amazônia (Fiorino, 2022; Passarinho, 2019). Ambos, porém, conseguiram

articular suas políticas internas de forma a manter o apoio de setores conservadores, como os grupos econômicos e evangélicos.

Além das críticas externas, as administrações de Trump e Bolsonaro enfrentaram resistência interna, com governos subnacionais e grupos da sociedade civil buscando contrabalançar a falta de liderança federal nas questões ambientais. Nos Estados Unidos, estados e cidades adotaram suas próprias políticas de sustentabilidade, enquanto no Brasil, a sociedade civil e alguns governos estaduais se opuseram à desregulamentação ambiental promovida por Bolsonaro (Fiorino, 2022). Essas dinâmicas evidenciaram a fragilidade das iniciativas globais diante de uma agenda nacionalista e a crescente mobilização da paradiplomacia para enfrentar desafios ambientais.

A resistência de governos subnacionais nos Estados Unidos se destacou, especialmente em estados como a Califórnia e Nova York, que continuaram a implementar políticas ambientais robustas, mesmo diante da postura cética do governo Trump em relação ao Acordo de Paris. Esses estados se tornaram líderes em iniciativas de energia renovável e redução de emissões, demonstrando que, apesar da polarização política, as autoridades locais podem utilizar a paradiplomacia para reafirmar compromissos globais e promover práticas sustentáveis. Essa dinâmica é corroborada por Murthy (2019) e Fiorino (2022), que destacam o papel dos governos subnacionais como “sustentadores de normas” em questões ambientais.

3.2. Agenda migratória:

A política migratória do governo Bolsonaro oscilou entre a continuidade de algumas práticas e retrocessos significativos, com a participação ativa de diversos atores sociais nesse processo. Um exemplo disso foi a promulgação da Portaria n. 666, de julho de 2019, que foi revogada três meses depois devido à pressão da sociedade civil. Embora Bolsonaro tenha mantido um discurso conservador em relação à imigração, suas ações foram limitadas e muitas vezes contraditórias, especialmente durante a pandemia, quando as fronteiras foram fechadas para imigrantes, com restrições mais severas para os venezuelanos (Culpi et al., 2021).

Durante a pandemia, o governo brasileiro implementou medidas rigorosas que restringiram a entrada de imigrantes, gerando críticas de instituições e da sociedade civil. Além disso, Bolsonaro fez declarações polêmicas na Assembleia Geral da ONU em 2021, prometendo vistos humanitários para afegãos cristãos, mulheres, crianças e juízes, o que levantou questões sobre a seleção baseada em critérios religiosos. No entanto, a portaria relacionada a esse assunto não especificou restrições religiosas, evidenciando a falta de clareza nas políticas migratórias do governo (Culpi et al., 2021).

A retórica de Donald Trump em relação à imigração também foi marcada por um discurso hostil, associando imigrantes a crimes e terrorismo. Essa narrativa xenofóbica e nacionalista visava principalmente muçulmanos e mexicanos, refletindo uma postura segregacionista. Ao assumir a presidência, Trump herdou uma máquina de deportação que se voltou para imigrantes estabelecidos, alterando os critérios de deportação e estabelecendo cotas que aumentaram a pressão sobre o sistema de imigração (Kaba, 2019).

Além das políticas de imigração, a retórica e as ações de ambos os governos refletem um contexto mais amplo de ascensão do nacionalismo e do populismo, que impacta diretamente as relações internacionais. No Brasil, a crítica ao Pacto Global para Migração, promovida por Bolsonaro e seu ministro de Relações Exteriores, Ernesto Araújo, exemplifica essa postura. Eles argumentaram que cada nação deveria ter autonomia para decidir sobre suas políticas migratórias, considerando o pacto como uma imposição de uma ideologia globalista. Essa visão se alinha com a tendência observada nos Estados Unidos, onde Trump também se opôs a acordos internacionais que, segundo ele, ameaçavam a soberania americana. Essa resistência a normas globais e a ênfase na autodeterminação nacional gerou divisões tanto internamente quanto nas relações com outros países, evidenciando um desafio significativo para a cooperação internacional em questões migratórias e de direitos humanos (Guimarães e Silva, 2021).

A resistência a essas políticas foi evidente em ambos os países, com governos subnacionais adotando medidas para proteger imigrantes e contestar as diretrizes federais. Nos Estados Unidos, a legislação do Arizona em 2010 exemplificou essa resistência, permitindo que estados locais legislassem sobre imigração, o que inspirou outras regiões a seguir o mesmo caminho. Essa dinâmica de embate entre as esferas federal e local destaca a complexidade das políticas migratórias e a importância da atuação de atores subnacionais na defesa dos direitos dos imigrantes (Bevilacqua; Prado, 2019).

3.3. Saúde Global

A gestão da crise de saúde pública provocada pela pandemia de COVID-19 revelou a desarticulação e a falta de coordenação entre os níveis de governo nos Estados Unidos e no Brasil. Muitos governadores e prefeitos nos Estados Unidos e no Brasil durante a crise adotaram posturas proativas, desafiando as orientações do governo federal. No Brasil, a Frente Nacional de Prefeitos (FNP) desempenhou um papel crucial ao facilitar a aquisição de vacinas e promover diálogos com autoridades internacionais, em resposta à inércia do governo Bolsonaro, que tentou limitar essas iniciativas (Alvarez; Oddone, 2020; Adeel et al., 2020).

Nos EUA, a administração de Donald Trump adotou uma postura de minimização da gravidade do vírus, promovendo um discurso populista que culpava fatores externos, como o “vírus chinês”. Essa abordagem resultou em uma paralisia institucional, onde a responsabilidade pela resposta à pandemia foi transferida para governos estaduais e locais, que tomaram iniciativas próprias em um cenário de polarização política (Roberts, 2022). Essa fragmentação das ações dificultou a implementação de uma estratégia nacional coesa, levando a uma resposta desigual e ineficaz em diferentes regiões do país.

O governo de Jair Bolsonaro também se destacou por sua retórica negacionista, que se manifestou em ações contrárias às recomendações de saúde pública. O presidente promoveu uma campanha contra medidas de isolamento social e o uso de máscaras, além de tentar obstruir as iniciativas de governadores e prefeitos que buscavam implementar políticas sanitárias. Essa postura gerou um ambiente de conflito entre as esferas federal e local, dificultando uma resposta unificada à crise (Bertholini, 2022; Reis e Ventura, 2021). Além disso, a falta de apoio federal para a vacinação e a desinformação disseminada pelo governo contribuíram para a hesitação vacinal e a propagação do vírus, exacerbando a crise de saúde.

A falta de consenso e a divergência entre as políticas de saúde pública foram evidentes em ambos os países, refletindo a influência de ideologias negacionistas. A ausência de um plano coordenado para enfrentar a pandemia levou a uma fragmentação das ações, onde as decisões eram frequentemente guiadas por interesses políticos em vez de evidências científicas. Essa situação não apenas complicou a gestão da crise, mas também exacerbou a polarização social e política (Bennouna et al., 2021; Froio e Sadeck, 2020). A ausência de um diálogo construtivo entre os diferentes níveis de governo com a sociedade civil, portanto, resultou em uma desconfiança generalizada nas instituições, dificultando ou rachando a população em aderir a medidas de saúde pública.

Além disso, a comunicação eficaz durante a pandemia foi crucial para moldar a percepção pública e a adesão às medidas de saúde. Por outro lado, em ambos os países a falta de uma mensagem clara e consistente por parte dos líderes governamentais contribuiu para a confusão e a desinformação (Adeel et al., 2020; Alvarez, Oddone, 2020). A polarização política e a retórica negativa em relação a especialistas em saúde pública e instituições científicas minaram a confiança da população nas orientações oficiais (Bennouna et al., 2021; Fróio e Sadeck, 2020). A construção de uma narrativa unificada e fundamentada em dados científicos se mostrou, portanto, essencial para garantir que a população compreenda a gravidade da situação e colabore com as medidas necessárias para proteger a saúde pública.

A resposta à pandemia em ambos os contextos ilustra como a política externa e as narrativas ideológicas impactaram na saúde global. As posturas antiglobalistas de Trump e

Bolsonaro, que se manifestaram em ataques a organismos internacionais, dificultaram a cooperação necessária para enfrentar a crise de saúde. Essa dinâmica ressalta a importância de uma abordagem colaborativa e fundamentada em evidências para lidar com desafios globais, como pandemias, que exigem uma resposta coordenada e solidária entre nações (Reis da Silva, 2022). A experiência da pandemia evidenciou, enfim, a necessidade de fortalecer as instituições internacionais, promovendo diálogos abertos entre os países de forma multilateral, a fim de garantir respostas eficazes para futuras crises de saúde global.

4. A Extrema-Direita e Paradiplomacia: Como uma impacta na outra?

Embora a literatura existente sobre paradiplomacia seja bastante vasta no que diz respeito aos fatores que influenciam a atuação internacional dos entes subnacionais, há uma lacuna significativa na pesquisa – nacional e internacional – que explora a influência da ideologia do governo federal sobre essas práticas. Determinados governos e ideologias de governos impactam a política externa do país (agenda de política externa) e, por consequência, podem gerar impactos na paradiplomacia, influenciando diretamente a forma como as subunidades federativas podem ou não se engajar em atividades internacionais.

O governo central pode adotar uma postura mais restritiva ou mais permissiva com base em sua orientação política, afetando a autonomia e as oportunidades disponíveis para as subunidades. A alternância de governos, tanto no nível federal quanto no estadual, pode refletir mudanças ideológicas que influenciam a postura do governo central em relação às iniciativas internacionais das subunidades. Quando um novo governo federal assume o poder com uma ideologia diferente, isso pode resultar em alterações significativas na política externa e regulamentações que afetam a paradiplomacia. Por exemplo, um governo federal com uma ideologia mais centralizadora pode implementar políticas que limitam ou controlam estritamente as iniciativas internacionais das regiões, enquanto um governo federal mais descentralizado pode permitir maior liberdade para que as subunidades busquem suas próprias agendas internacionais.

Fróio (2015) sugere que a alternância de governos estaduais pode criar instabilidade nas políticas paradiplomáticas devido a mudanças nas prioridades e estratégias. Analogamente, a alternância no governo federal pode ter um efeito similar, com a mudança ideológica impactando as relações entre o governo central e as subunidades, e influenciando a forma como essas subunidades podem se engajar no cenário internacional. Portanto, a pesquisa de Fróio contribui para uma compreensão mais ampla de como a ideologia política, refletida na alternância de governos, pode afetar a capacidade das subunidades federativas de realizar paradiplomacia, oferecendo uma base para explorar como diferentes orientações políticas moldam as práticas internacionais das regiões.

Quando ocorre uma alternância ideológica no governo federal, a agenda de política externa pode ser significativamente modificada, muitas vezes se tornando mais politizada. Um novo governo com uma orientação política diferente pode reavaliar e alterar as políticas e regulamentações que afetam a atuação internacional das subunidades federativas. Além disso, uma virada ideológica pode resultar em uma política externa que prioriza interesses políticos específicos, mudando as prioridades, e influenciando como as subunidades podem se engajar no cenário internacional.

Esta lacuna na pesquisa destaca a necessidade de estudos mais aprofundados que investiguem como a orientação ideológica do governo federal impacta a capacidade e a eficácia da paradiplomacia das subunidades federativas. Entender como diferentes orientações políticas moldam as práticas paradiplomáticas pode nos oferecer uma visão mais completa e nuançada das relações entre níveis de governo e contribuir para uma análise mais robusta das dinâmicas federativas no cenário global.

A ação paradiplomática de entes subnacionais é muitas vezes moldada pela oposição ideológica ao governo central, incluindo, por exemplo, em contextos onde há governos de extrema direita no poder. Segundo Michael Keating (2002), regiões que discordam das políticas centrais, seja por questões de identidade, cultura ou ideologia, tendem a utilizar a paradiplomacia como uma estratégia para promover agendas alternativas. Essas divergências podem ser exacerbadas quando o governo central adota políticas contrárias à agenda política e objetivos dos governos de subunidades. Nesse cenário, a paradiplomacia emerge como uma forma de resistência, permitindo que regiões e cidades articulem suas próprias relações internacionais, em contraste com as diretrizes do governo federal. Lecours (2002) complementa essa perspectiva, ao indicar que a paradiplomacia pode funcionar como uma válvula de escape para as tensões internas, especialmente quando regiões ou subunidades se sentem insatisfeitas ou em desacordo com as políticas do governo central.

Hans Michelmann (2009) sugere que, em estados federais, a estrutura de poder descentralizada facilita o surgimento de políticas externas regionais. Portanto, a autonomia das unidades federativas facilita esse movimento, especialmente quando há divergências ideológicas com o governo central, levando os entes subnacionais a buscar alianças internacionais que reafirmem seus valores e interesses. No Canadá, Stéphane Paquin (2004) observou que províncias que discordam das diretrizes conservadoras do governo central têm utilizado a paradiplomacia para criar redes internacionais que espelham suas preferências políticas. Esse estudo pode nos levar a uma interpretação de como a ideologia central pode influenciar a agenda paradiplomática. O federalismo e as ideologias regionais e central distintas, então, podem servir como motores para o desenvolvimento de ações paradiplomáticas.

Paquin (2004) examina como o federalismo canadense permite uma margem de manobra para as províncias desenvolverem suas próprias políticas externas, frequentemente em resposta a tensões com o governo central. O autor discute como essas tensões podem surgir de diferenças políticas ou ideológicas, analisando como o federalismo permite a ação paradiplomática e como isso pode ser usado para fins diversos, incluindo a promoção de agendas regionais que podem ou não estar alinhadas com as do governo central.

A globalização também oferece novas oportunidades para os entes subnacionais contestarem políticas centrais, amplificando as tensões ideológicas entre governo federal e subnacionais. Francisco Aldecoa e Michael Keating (1999) argumentam que a crescente interconexão global proporciona novas oportunidades para os entes subnacionais agirem de forma autônoma, desafiando a autoridade do governo central. Isso é especialmente evidente em regiões onde a ideologia local entra em conflito com as políticas centrais, levando esses governos a buscar alianças internacionais que reforcem suas posições internas.

Dessa maneira, a relação entre a ideologia governamental e a paradiplomacia subnacional torna-se ainda mais evidente quando analisamos a forma como governos locais reagem a políticas federais que contrariam seus interesses. Nesse contexto, a ideologia do governo federal pode não apenas limitar, mas também estimular formas alternativas de atuação internacional por parte dos entes subnacionais, criando um cenário onde a paradiplomacia de resistência emerge como uma resposta direta a essas divergências. Esse fenômeno reflete como as tensões ideológicas dentro de um país podem redefinir o papel das subunidades federativas no cenário global, introduzindo novas dinâmicas e desafios.

A pesquisadora Barros (2021), após realizar uma análise do contexto político brasileiro e das ações internacionais dos governos subnacionais no governo Bolsonaro, chegou a conclusão sobre um fenômeno denominado de “paradiplomacia de resistência”. Segundo ela, esse conceito se refere às ações internacionais empreendidas por governos subnacionais, como estados e municípios, que buscam cooperar diretamente com entidades estrangeiras em resposta a políticas ou ações do governo federal que possam prejudicá-los. Esse fenômeno se caracteriza por uma clara contraposição ao governo central, especialmente em contextos de polarização política.

Apesar desse tipo de paradiplomacia se diferenciar da paradiplomacia tradicional, que geralmente se concentra em ações de cooperação internacional sem embates com o governo federal, a “paradiplomacia de resistência” surge como uma forma dos entes federados defenderem seus interesses e competências constitucionais. Isso, principalmente em áreas como desenvolvimento econômico, social e ambiental, ao perceberem que as ações do governo federal podem ser prejudiciais a suas políticas públicas ou à captação de recursos financeiros (Barros, 2021). Todavia, vale mencionar que

> Trata-se de uma ação que não se aproxima da protodiplomacia [...] Essa nova forma de ação dos governos estaduais brasileiros estabelece-se como uma forma de paradiplomacia que em vários sentidos se aproxima daquela tradicional – respeita a representação internacional e a unicidade territorial do Estado Nacional (Barros, 2021, p. 73).

Nesse contexto, a autora (2021, p. 74) reforça que essa atividade se encaixa na definição de paradiplomacia, conforme proposta por Soldatos (1990). No entanto, devido à sua particularidade, ela deve ser especificamente qualificada, destacando a oposição que a caracteriza, ou seja, a resistência dos entes federados ao governo federal no cenário internacional. No estudo feito por Barros (2021), portanto, o contexto político interno brasileiro no ano de 2019 – caracterizado, segundo ela, por uma forte polarização política – trouxe novas dinâmicas para a paradiplomacia. Em conclusão, a pesquisadora vai defender que a resistência dos entes subnacionais se manifestou em ações que desafiam diretamente as diretrizes federais, algo que, inclusive, não era comum no histórico de atuação internacional de subunidades brasileiras.

Portanto, a “paradiplomacia de resistência” é evidenciada em ações dos estados e municípios que buscaram estabelecer acordos internacionais próprios para suprir lacunas deixadas pelas políticas federais. Em áreas como a proteção ambiental, por exemplo, diversos estados brasileiros firmaram compromissos com entidades internacionais e governos estrangeiros para promover iniciativas de desenvolvimento sustentável e combate às mudanças climáticas, frequentemente em desacordo com as diretrizes federais. Esses esforços demonstram uma resposta ativa e estratégica dos entes federados em preservar suas políticas locais e responder a uma agenda federal que, muitas vezes, não condizia com suas prioridades regionais. Por isso, a paradiplomacia de resistência salienta a capacidade dos governos subnacionais de moldar suas próprias agendas internacionais, desafiando a centralização e promovendo um pluralismo nas relações externas do Brasil (Barros, 2021).

A paradiplomacia de resistência, desse modo, passa a se tornar uma resposta legítima e necessária dos governos subnacionais diante de um governo federal que pode não atender adequadamente às suas necessidades e interesses. Essa ação entra em convergência com a literatura já mencionada. Já foi salientado, então, que fatores internos, como a ineficiência do governo central em atender as necessidades das suas unidades federativas, importam para a atuação paradiplomática.

Barros (2021) identifica a ideologia como um fator crucial na formação da paradiplomacia dos governos subnacionais no Brasil. A assimetria entre os entes federados, que se manifesta em recursos desiguais, capacidades administrativas e interesses regionais variados, pode impulsionar as ações internacionais de estados e municípios de maneira diferenciada. Essa desigualdade, combinada com a alternância de governos e a presença

de diferentes partidos políticos, influencia profundamente as estratégias adotadas nas relações internacionais. Os governos subnacionais podem ter prioridades e abordagens distintas dependendo da orientação ideológica dos seus líderes e das políticas federais vigentes, resultando em variações significativas na forma como se engajam em atividades paradiplomáticas.

Além do mais, as características pessoais dos líderes do Poder Executivo subnacional e suas ideologias também desempenham um papel importante na atuação internacional dos governos estaduais e municipais. A ideologia pode moldar as motivações econômicas, políticas e culturais dos entes federados, como observado por Keating (1999), afetando suas prioridades e estratégias. A busca por investimentos, a promoção de políticas públicas específicas ou a resposta a políticas federais são algumas das razões que podem orientar a paradiplomacia. Assim, a polarização política e as diferenças ideológicas entre governos estaduais e o governo federal frequentemente resultam na emergência da "paradiplomacia de resistência", uma resposta direta às políticas federais e uma tentativa de afirmar a autonomia subnacional no cenário internacional (Barros, 2021).

Nesse sentido, compreendemos que a ideologia do governo central pode moldar significativamente a atuação paradiplomática dos governos subnacionais, influenciando a forma como estados e municípios se engajam em iniciativas internacionais, e vice-versa. A assimetria existente entre os entes federados, combinada com a alternância de governos e partidos políticos, contribui para essa dinâmica, refletindo as prioridades ideológicas variáveis dos líderes regionais e federais. Portanto, salientamos que as diferenças ideológicas e as políticas centrais muitas vezes levam a uma paradiplomacia de resistência, onde os governos subnacionais buscam criar alianças e desenvolver suas próprias agendas internacionais para contrabalançar ou suplementar as políticas federais, especialmente em áreas onde sentem que o governo central falha em atender suas necessidades e interesses específicos.

Com o crescente surgimento de governos de extrema direita em diversos países, como no Brasil com a eleição de Jair Bolsonaro e nos Estados Unidos com Donald Trump, essa dinâmica se intensifica. A ideologia extremista frequentemente resulta em uma polarização acentuada e em políticas externas e internas altamente ideologizadas, principalmente nos temas discutidos anteriormente – migração, saúde global e meio ambiente. Argumentamos, portanto, que esses contextos ideológicos extremos podem acirrar ainda mais a resistência dos entes subnacionais, levando-os a adotar estratégias internacionais mais autônomas que desafiem diretamente as políticas do governo federal. A análise desses fenômenos oferece uma perspectiva crítica sobre como a ideologia extrema pode influenciar e transformar a paradiplomacia, moldando a interação entre níveis de governo e exacerbando as tensões federativas.

5. Considerações Finais

A análise realizada ao longo deste estudo evidencia que a atuação paradiplomática dos entes subnacionais do Brasil e dos Estados Unidos foi amplamente influenciada pelo contexto ideológico dos governos federais de extrema-direita, liderados por Jair Bolsonaro e Donald Trump, respectivamente. Ao explorar áreas como saúde global, migração e meio ambiente, observamos que a ideologia desses governos centrais impactou diretamente as práticas paradiplomáticas, especialmente quando as subunidades federativas buscaram suprir lacunas deixadas por políticas nacionais que desconsideravam ou despriorizavam temas essenciais.

Em relação à saúde global, vimos como estados e municípios, ao discordarem das posturas nacionais, estabeleceram alianças internacionais que permitiram desenvolver iniciativas próprias de saúde pública e mitigação de crises sanitárias. No campo da migração, alguns estados norte-americanos, contrários às rígidas políticas migratórias do governo Trump, buscaram apoio de redes internacionais para defender direitos humanos e promover integração local de imigrantes. Da mesma forma, no Brasil, a questão ambiental foi um eixo central de resistência, especialmente entre os governos locais que defendiam a sustentabilidade e se opunham ao desmantelamento de políticas ambientais nacionais. Essas iniciativas revelam a paradiplomacia de resistência em ação, como definida por Barros (2021), destacando-se como uma resposta direta a políticas federais que esses governos locais consideravam prejudiciais aos interesses regionais.

O estudo demonstrou que, quando o governo central adota uma postura conservadora, centralizadora e, muitas vezes, avessa a agendas globais, os entes subnacionais tendem a intensificar suas atividades paradiplomáticas para preservar e promover seus próprios interesses. Essa autonomia paradiplomática reflete uma reconfiguração nas práticas de diplomacia interna, onde as subunidades se articulam de maneira independente no cenário internacional, defendendo valores e necessidades específicas, mesmo que contrários à orientação do governo federal. O fenômeno da paradiplomacia de resistência, portanto, surge como uma forma de oposição e afirmação de autonomia, permitindo que os estados e municípios promovam suas próprias agendas em saúde, migração e meio ambiente.

Este trabalho contribui para o campo da paradiplomacia ao evidenciar como a ideologia de governos de extrema-direita molda não apenas as políticas internas, mas também as oportunidades e limitações para as subunidades no cenário internacional. Ao desafiar a centralização excessiva e estabelecer vínculos internacionais que defendem valores locais, os entes subnacionais de ambos os países reafirmam seu papel como atores autônomos e adaptativos em um contexto global cada vez mais complexo e polarizado. Em última análise, este estudo ressalta a importância da paradiplomacia em tempos de crise e

polarização, sublinhando a capacidade dos governos subnacionais de atuar em defesa de seus interesses e prioridades frente a desafios nacionais e internacionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ADEEL, A. B. CATALANO, M. CATALANO, O. GIBSON, G. MUFTUOGLU, E. RIGGS, T. ZHIRNOV, A. (2020). COVID-19 policy response and the rise of the sub-national governments. **Canadian Public Policy**, 46(4), 565-584.

ALVAREZ, M. ODDONE, N. (2020). Revisiting Paradiplomacy in the Context of COVID-19. **E-International Relations**, August, 5.

BARBOSA, M. (2019). Governo defende soberania brasileira na Amazônia em resposta a Macron. **Congresso em Foco/UOL.** Publicado em 26/08/2019. Disponível em: https://congressoemfoco.uol.com.br/projeto-bula/reportagem/governo-defende-soberania-brasileira-na-amazonia-em-resposta-a-macron/. Acesso em 20 julho 2024.

BARROS, Marinana Andrade e. Constâncias nos dissensos: o quadro normativo brasileiro e a emergência da “paradiplomacia de resistência”. **Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD**, *[S. l.]*, v. 10, n. 19, p. 70–104, 2021. Disponível em: https://ojs.ufgd.edu.br/moncoes/article/view/13307. Acesso em: 21 jul. 2024.

BENNOUNA, C., GIRAUDY, A., MONCADA, E., RIOS, E., SNYDER, R., & TESTA, P. (2021). Pandemic in presidential federations: Explaining subnational responses to COVID-19 in Brazil, Mexico, and the United States. Publius: **The Journal of Federalism**, 51 (4), 570-600.

BERTHOLINI, F. (2022). We Are All Going To Die One Day. Populists and the Pandemic, 44. In: Nils Ringe and Lucio Rennó (eds). Populists and the pandemic: how populists around the world responded to COVID-19. Abingdon, Oxon; New York, NY: Routledge, pp. 44-56.

BEVILACQUA, R. M. B. PRADO, D. F. M. (2019). A reação dos governos estaduais à política imigratória de Donald Trump. **Perspectivas: Revista de Ciências Sociais**, 54.

CHAVES, C. F. TONI, A. (2022). Bolsonaro's far-right populist environmental and climate diplomacy. Latin American Policy, 13(2), 464-483.

CULPI, L., MERCHER, L. PEREIRA, A. E. (2021). Argentina e Brasil no alinhamento das práticas de xenofobia. **Conjuntura Global**. 10. 10.5380/cg.v10i3.82466.

ELGSTRÖM, Ole. Do Images Matter? The Making of Swedish Neutrality: 1834 and 1853. **Cooperation and Conflict,** 35 (3) (2000): 243–67. Disponível em: http://www.jstor.org/stable/45083942. Acesso em: 28 mar. 2024.

FIORINO, D. J. (2022). Climate change and right-wing populism in the United States. **Environmental Politics**, 31 (5), 801-819.

FRÓIO, Liliana Ramalho. **Paradiplomacia e o impacto da alternância de governos na atuação internacional dos estados brasileiros**. 2015. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

FRÓIO, Liliana R. SADECK, B. (2020). Gestão internacional local: avanços e retrocessos em tempos de pandemia. In: Relações internacionais em tempos de pandemia, org. PASCOAL T. C. Gonçalves and Thiago Lima, 87-102. João Pessoa: **Editora UFPB**.

GUIMARÃES, F. D. S. MOREIRA, D. C. SILVA, I. D. DE MELLO, A. C. R. (2023). Conspiracy theories and foreign policy narratives: globalism in Jair Bolsonaro's foreign policy. **Latin American Perspectives**, 50 (1), 272-289.

GUIMARÃES, V. C.; SILVA, G. F. COVID-19: parâmetros internacionais, federalismo e a atuação internacional dos estados e municípios. **Revista de Direito Sanitário**, *[S. l.]*, v. 21, p. e0001, 2021. DOI: 10.11606/issn.2316-9044.rdisan.2021.170610. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/rdisan/article/view/170610. Acesso em: 25 jul. 2024.

JUNQUEIRA, Cairo Gabriel Borges. (2018). Paradiplomacia: a transformação do conceito nas relações internacionais e no Brasil. **BIB - Revista Brasileira De Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, (83), 43–68. Disponível em: https://bibanpocs.emnuvens.com.br/revista/article/view/429. Acesso em: 10 jul. 2024.

KABA, A. J. (2019). United States Immigration Policies in the Trump Era. **Sociology Mind,** 9, 316-349. https://doi.org/10.4236/sm.2019.94021.

KALIL, Mariana (2023). O que diz a ciência sobre a política externa do governo Bolsonaro? **Interesse Nacional**. Disponível em: https://interessenacional.com.br/portal/mariana-kalil-o-que-diz-a-ciencia-sobre-a-politica-externa-do-governo-bolsonaro/. Acesso em: 20 de julho 2024.

KEATING, Michael. Regions and Regionalism in Western Europe. **Routledge**, 1999.

KEATING, Michael. The Political Economy of Regionalism. **Routledge**, 2002.

LACERDA, N. (2022). Boicote ao Fundo Amazônia foi "opção política" da gestão Bolsonaro. **Brasil de Fato**. Postado em 09/11/2022. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2022/11/09/boicote-ao-fundo-amazonia-foi-opcao-politica-da-gestao-bolsonaro. Acesso em 20 de julho de 2024.

LECOURS, André. Paradiplomacy: The Role of Subnational Governments in International Affairs. **Canadian Review of Sociology/Revue canadienne de sociologie**, v. 39, n. 3, p. 265-286, 2002.

LIGHT, A. HALE, B. (2018). Year one of Donald Trump's presidency on climate and the environment. **Ethics, Policy & Environment**, 21(1), 1-3.

LOPES, D. B., CARVALHO, T. SANTOS, V. (2022). Did the Far Right Breed a New Variety of Foreign Policy? The Case of Bolsonaro's "More-Bark-Than-Bite" Brazil. **Global Studies Quarterly**, 2 (4).

LÖWY, Michael. Extrema direita e neofascismo: um fenômeno planetário: O caso Bolsonaro. *In*: FARIA, Fabiano Godinho; MARQUES, Mauro Luiz Barbosa (org.). **Giros à direita**: Análises e perspectivas sobre o campo líbero-conservador. Ceará: Sertão Cult, 2020. cap. 1, p. 13-19. Disponível em: https://deposita.ibict.br/bitstream/deposita/148/2/1%20giro%20a%20direita%201%2019.pdf. Acesso em: 28 mar. 2024.

MATSUMOTO, Carlos Eduardo Higa. (2011), **Os determinantes locais da paradiplomacia: o caso dos municípios brasileiros**. 276f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - IREL/UNB, Brasília.

MICHELMANN, Hans J. Federalism and the Politics of Regions. **Oxford University Press**, 2009.

MILANI, Lívia P. MOTTA, Bárbara V. D. C. (2023). As relações entre Brasil e Estados Unidos sob a direita radical: concepções de ordem e articulações em fóruns multilaterais. **Conjuntura Austral**, 14 (66).

MUDDE, Cas. **The Far Right and the Politics of Fear.** Routledge, 2014.

MUDDE, C. KALTWASSER, C. (2018). **Studying populism in comparative perspective:** Reflections on the contemporary and future research agenda. Comparative political studies, 51 (13), 1667-1693.

Murthy, S. L. (2019). **States and cities as norm sustainers:** A role for subnational actors in the paris agreement on climate change. Va. Envtl. LJ, 37, 1.

NORRIS, P.; INGLEHART, R. Cultural backlash: Trump, Brexit, and the rise of authoritarian populism. New York: **Cambridge University Press**, 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/j/bpsr/a/3FTzr4sFS54xYgkzdvBZKfN/?lang=en. Acesso em: 28 mar. 2024.

PAQUIN, Stéphane. The Globalization of Paradiplomacy. **Canadian Journal of Political Science**, v. 37, n. 2, p. 245-266, 2004.

PASSARINHO, N. (2019). Acordo Mercosul-UE: Bolsonaro critica ‘psicose ambientalista’ e diz que 'no momento' Brasil está no Acordo de Paris. **BBC News.** Postado em 28/06/2019. Disponível em:https://www.bbc.com/portuguese/internacional-48809137. Acesso em 20 de julho de 2024.

REIS, R. VENTURA, D. (2021). **An unprecedented attack on human rights in Brazil:** the timeline of the federal government’s strategy to spread Covid-19. Offprint. Translation by Luis Misiara, revision by Jameson Martins. Bulletin Rights in the Pandemic, n. 10, São Paulo, Brazil, CEPEDISA/USP and Conectas Human Rights, January.

REIS DA SILVA, A. L. (2022). **De Dilma a Bolsonaro:** as transformações matriciais na política externa brasileira. Interacción Sino-Iberoamericana/Sino-Iberoamerican Interaction, 2(1), 1-26.

ROBERTS, K. M. (2022). The United States: Trump, Populism, and the Pandemic. In: Nils Ringe and Lucio Rennó (eds). **Populists and the pandemic:** how populists around the world responded to COVID-19. Abingdon, Oxon; New York, NY: Routledge, p. 19-28.

SOLDATOS, Panayotis. (1990), “An Explanatory Framework for the Study of Federated States as Foreign-policy Actors”. In: MICHELMANN, Hans J.; SOLDATOS, Panayotis. **Federalism and International Relations: the role of subnational units.** New York: Oxford University Press, pp. 34-53.

WEHNER, Leslie E. Stereotyped images and role dissonance in the foreign policy of right-wing populist leaders: Jair Bolsonaro and Donald Trump. **Cooperation and Conflict**, 2022, 58(3), 275-292. https://doi.org/10.1177/00108367221108814. Disponível em: https://journals.sagepub.com/doi/epub/10.1177/00108367221108814. Acesso em: 31 mar. 2024.

WODAK, R. The Politics of Fear: What Right-Wing Populist Discourses Mean. **SAGE Publications**, 2015.